

■Câmera de circuito interno de TV, de um bar no Gama, grava assassinato de jovem, que pode ter sido premeditado. PÁGINA 18

■Bilhete divulgado com exclusividade pelo JBr, indicando que houve ajuda na fuga de Osmarinho, vai a exame. PÁGINA 19

TERMINA O SONHO DE REAJUSTE SALARIAL PARA NOVE MIL FUNCIONÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Pacote afeta servidor do GDF

Pagamento nas áreas de Saúde, Educação e Segurança não está garantido

Aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados vai provocar a queda da arrecadação do ICMS, que é a principal fonte de recursos do Tesouro local

SAMANTA SALLUM

O PACOTE econômico anunciado ontem pelo Governo Federal para garantir a estabilização da moeda atinge de forma dramática a economia do Distrito Federal. Uma das 51 medidas, o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), vai provocar a queda na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), principal fonte de recursos para o Tesouro local, o que ameaça o pagamento dos salários do funcionalismo da administração direta neste fim de ano. Além disso, o pacote termina com o sonho de reajuste salarial para os nove mil servidores diretos. "Falar em aumento nesse momento seria uma leviandade", sentenciou o secretário de Governo, Swedenberger Barbosa.

Apesar de a equipe econômica federal ter garantido que não vai haver cortes nos repasses que garantem o pagamento às áreas de Saúde, Educação e Segurança, a secretaria de Fazenda vai enfrentar dificuldades pela frente para poder cumprir seus compromissos. A queda na arrecadação de ICMS pode deixar o GDF sem dinheiro para pagar os funcionários da Administração Direta.

Dor de cabeça — Hoje, o ICMS é responsável por 70% do total de tributos arrecadados no DF. É com esses recursos que o GDF paga seus servidores



diretos e ainda complementa os salários dos médicos e professores. Uma grande parcela da receita gerada com o ICMS também é destinada para financiar obras. Cada centavo do imposto tem destino muito bem planejado. Um a menos nos cofres da Fazenda pode gerar muita dor de cabeça ao GDF.

A redução na arrecadação tributária será consequência do aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), determinado pela esfera federal, que, aliado à alta de juros e demissões de 33 mil funcionários públicos federais (grande parte mora em Brasília), vai provocar uma sensível queda no consumo. As medidas não poderiam ter vindo em pior momento. É nessa época do ano que o GDF mais engorda seus cofres com a arrecadação de ICMS. A avaliação é da própria equipe de governo.

Tratamento — "Esse pacote será muito pesado para os estados. Mas, para nós, que dependemos dessa arrecadação, a situação fica mais crítica. Mas,

acreditamos que o Distrito Federal receberá um tratamento diferenciado. Eles não podem inviabilizar a administração da capital", avalia o secretário de Governo, Swedenberger Barbosa.

Segundo ele, a Secretaria de Fazenda já está fazendo um estudo para avaliar o impacto das medidas na receita tributária do GDF. "Vamos ter de encontrar uma forma para compensar a perda na arrecadação de ICMS", afirma o secretário. Apesar da perda de receita, ele garante que os efeitos do pacote este ano poderão ser contornados e que o GDF não será forçado a demitir funcionários. "Não haverá demissões em massa", ressalta.

Caos — O secretário faz uma previsão negra para 98. "Se diminuirmos nosso orçamento para o próximo ano e derrubarmos as emendas coletivas, aí sim, será o caos financeiro para o GDF. A composição orçamentária de 98 é que nos preocupa mais", desabafa. "Com certeza, virá recessão pela frente", afirmou.

Com o pacote econômico, o GDF vai ter de dar adeus à intenção de oferecer um reajuste aos servidores da Administração Direta, que estava sendo estudado para o próximo ano. Arelado à União, por meio do Protocolo de Intenções, o Palácio do Buriti está de mãos atadas. O Governo Federal foi incisivo ao suspender qualquer tipo de reajuste a servidores.



Alan Marques

Swedenberger Barbosa: "Com certeza, virá recessão pela frente"

CONSEQUÊNCIAS

- Revisão geral da tabela do IPI, com elevação imediata das alíquotas incidentes sobre automóveis e bebidas
- Efeito: Queda na arrecadação de ICMS
- Suspensão do exame de novos projetos no âmbito da Comissão de Financiamento Externo e Reavaliação
- Efeito: O GDF não terá aval para pedir R\$ 130 milhões ao BID, que seriam usados nas obras de saneamento em Santa Maria, Samambaia e São Sebastião
- Demissão de cerca de 33 mil servidores da administração pública federal
- Efeito: Aumento do desemprego no DF e queda no consumo
- Fim do financiamento da reestruturação dos bancos estaduais. Serão financiadas só as privatizações, liquidações ou transformações em agências de fomento.
- Efeito: O BRB não obterá recursos federais para se reestruturar